



PREFEITURA DE  
**MELGAÇO**

Procuradoria  
Geral Municipal



# **PARECER JURÍDICO CONCLUSIVO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO  
2021.0112.1140/SELIC-PMM**

**PROCESSO LICITATÓRIO  
Nº 003/2021-SELIC-PMM**

**MODALIDADE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
IL - 003/2021-SELIC/PMM»**

Governo Municipal  
**Melgaço**

**DE LAVRA DA:** ASSESSORIA JURÍDICA

**ÀO:** SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Trata-se de Parecer Jurídico relativo ao procedimento licitatório na modalidade **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, registrado sob o nº **IL-003/2021-SELIC/PMM**, concernente ao Edital e demais documentos até então acostados ao feito.





## **I – RELATÓRIO:**

Vem ao exame dessa Assessoria Jurídica, na forma do art. 38, VI e parágrafo único da Lei 8666/93, o presente processo administrativo, que visa à CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA RELACIONADOS À LEI DA TRANSPERÂNCIA PARA A TENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELGAÇO/PA.

## **II - FUNDAMENTAÇÃO**

Sabe-se que o Parecer Jurídico em Processos Licitatórios cumpre a função de análise à legalidade do procedimento, bem como os pressupostos formais da contratação, ou seja, avaliar a compatibilidade dos atos administrativos produzidos no processo de contratação pública com o sistema jurídico vigente.

A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a chamada “Lei das Licitações”, foi publicada com o objetivo de regulamentar o citado dispositivo constitucional, e criar padrões e procedimentos para reger a contratação pela Administração.

A obrigatoriedade da realização do procedimento licitatório é um corolário do princípio constitucional da isonomia, previsto na Constituição Federal de 1988 (art. 5º, 1), pelo qual, todos devem receber tratamento igual pelo Estado.

Evita-se, desse modo que os parceiros sejam escolhidos por critérios de amizade pessoal e outros interesses que não o da consecução da finalidade pública. Assim, o objeto imediato e próprio da licitação é evitar a ocorrência do arbítrio e do favoritismo. Segundo o constitucionalista Alexandre de Moraes, “*a licitação representa, portanto, a oportunidade de atendimento ao interesse público, pelos particulares, numa situação de igualdade*”.

Sempre que haja possibilidade de concorrência, sem prejuízo ao interesse público, deverá haver licitação. A contratação direta, sem realização do prévio certame licitatório, somente é admitida



excepcionalmente, nas hipóteses trazidas na própria lei. Tais situações, contudo, configuram-se em exceções à regra geral. A licitação é regra; a contratação direta, exceção.

Em que pese à obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra ao efetuar a ressalva dos casos especificados na legislação, quais sejam a dispensa e a inexigibilidade de licitação.

Sendo assim, o legislador Constituinte admitiu a possibilidade de existirem casos em que a licitação poderá deixar de ser realizada, autorizando a Administração Pública a celebrar, de forma discricionária, contratações diretas sem a concretização de certame licitatório.

A inexigibilidade de licitação, por sua vez, conforme se extrai do caput do art. 25 da Lei 8.666/93, configurar-se-á em casos em que se depreenda inviabilidade de competição, afastando-se a imperatividade legal de licitar pela impossibilidade fática, lógica ou jurídica de concorrência. Noutras palavras, licitar é proceder à “escolha entre diversas alternativas possíveis, disputa entre propostas viáveis”, enquanto a inviabilidade de competição, por sua vez, “essencial à inexigibilidade, quer dizer que esse pressuposto – disputa entre alternativas possíveis – não está presente”.

O artigo 25, II, c/c Art. 13, III, da Lei 8666/93, assim estabelece acerca da Inexigibilidade:

**"Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:**

[...]

**II- para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;**

**"Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:**



**III - assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)**

Com efeito, a própria Lei de Licitação se preocupou prevendo a possibilidade de contratação de materiais, equipamentos, ou gêneros sem realização de certame licitatório quando só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.

Compulsando os autos do caso em comento, verificou-se que a empresa licitante apresentou Declaração de Exclusividade para fornecer o objeto pleiteado, razão pela qual é plenamente adequada a contratação direta da licitante por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93.

**III - CONCLUSÃO**

Portanto, pelas razões acima expostas, somos favoráveis à homologação do presente processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** para **contratação de empresa para a** CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA RELACIONADOS À LEI DA TRANSPERÂNCIA PARA A TENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELGAÇO/PA., no valor global de **R\$ 34.800,00 ( trinta e quatro mil, e oitocentos reais).**

É o parecer, S.M.J.

**MAURO CÉSAR LISBOA DOS SANTOS**

*Assessor Jurídico da PMM*

**OAB/PA 4288**

